



BREVES COMPREENSÕES SOBRE AS “CORES” DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: SITUANDO O SERVIÇO SOCIAL ¹

Brief approaches on the "colors" of sexual and gender diversity: situating social work

Anabella Pavão da Silva*
Neide Aparecida de Souza Lehfeldd**

RESUMO

O presente texto apresenta a partir da perspectiva crítica e reflexiva, algumas contribuições ao Serviço Social sobre o debate LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queers, Intersexuais...). Entende-se que a categoria profissional e estudantil, a partir do compromisso ético-político, deve se aproximar das compreensões e do debate, repensando posicionamentos, se aproximando da diversidade. O enfoque deste trabalho se localiza na exposição e diferenciação de identidades de gênero e orientações sexuais, apresentando algumas compreensões das múltiplas categorias de gênero, dentre inúmeras outras, que vem nascendo em meio à diversidade humana. O texto termina com uma provocação política, teórica e crítica acerca da comunidade LGBTQI+ e o combate às opressões de gênero e sexualidade.

PALAVRAS-CHAVE

Comunidade LGBTQI+, Identidades de Gênero; Orientações Sexuais; Combate às Opressões; Serviço Social.

ABSTRACT

The present text presents, from a critical and reflective perspective, some contributions to the Social Service about the LGBTQI + debate (Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transsexual, Transgender, Queer, Intersexual ...). It is understood that the professional and student category, starting from the ethical-political commitment, should approach the understandings and the debate, rethinking positions, approaching the diversity. The focus of this work is on the exposition and differentiation of gender identities and sexual

¹ Este artigo é um recorte extraído e revisado de um texto de trabalho construído para palestra realizada aos 05 de agosto de 2017 na Noite de Palestras sobre Gênero e Sexualidade, promovida pelo Coletivo LGBTQI+ em São Sebastião do Paraíso (MG) e para oficina de formação ministrada em 08 de agosto de 2017, a convite do Núcleo de Estágio em Serviço Social, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – Uberaba (MG).

* Assistente social. Mestre em Serviço Social. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Professora Bolsista dos cursos de Serviço Social e Relações Internacionais da UNESP/Franca. (UNESP, Franca, Brasil). Avenida Eufrázia Monteiro Petrágli, 900, Jardim Antonio Petrágli, Franca, São Paulo. Bolsista CAPES. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-0723-5879>>. E-mail: <anabellapavao@gmail.com>.

** Assistente Social. Livre docente. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora Titular da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista *Julio de Mesquita Filho*, UNESP, campus de Franca. (UNESP, Franca, Brasil). Avenida Eufrázia Monteiro Petrágli, 900, Jardim Antonio Petrágli, Franca, São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3630-1134>. E-mail: <nlehfeldd@unaerp.br>.

DOI 10.22422/temporalis.2019v19n37p102-117



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

orientations, presenting some understandings of the multiple categories of gender, among innumerable others, that has been born in the midst of human diversity. The text ends with a political, theoretical and critical provocation about the LGBTQI+ community and the fight against oppression of gender and sexuality.

KEYWORDS

LGBTQI+ Community; Gender Identities; Sexual Orientation; Combating Opressions; Social Work.

Submetido em: 29/3/2019.

Aceito em: 8/7/2019.

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos de luta e de muita resistência quando tratamos do tema do movimento das minorias, com destaque para esta fala, da Comunidade LGBTQI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Trangêneros, Intersexuais e Queers).

São tempos de barbárie, de avanço do conservadorismo, no qual “pessoas de bem” prestam um desserviço em face à dignidade da pessoa humana e ao amor entre as pessoas em nome de uma família tradicional decadente, de uma moral cristã e bons costumes hipocritamente construídos e que servem de fachada para a manutenção de um nome e status social, ocultando um cotidiano secreto de desejos, fetiches e vontades que muitas vezes ultrapassam a imaginação e se concretizam no plano real.

A sociedade conservadora do século XXI não só se auto reprime e oprime uns aos outros como também contribuem para as repressões e opressões de uma diversidade humana cada vez mais expressiva e presente no cotidiano. A luta é por liberdade, mas não a liberdade enviesada pelo neoliberalismo, onde a sua começa quando acaba a do outro. Liberdade na compreensão da teoria social crítica de Marx e Engels (2007). Liberdade que emancipa humana e plenamente a todos nós, sujeitos, libertando-nos de todas as amarras do capitalismo conservador, dominador, explorador e opressor.

Na contracorrente do avanço da selvageria e da barbárie, os movimentos sociais, aqui destacando o movimento LGBTQI+, travam incansáveis embates no que se refere à garantia de direitos, historicamente renegados a todos que nunca mantiveram um comportamento e uma imagem heterossexista e heteronormativa. Não clamamos por direitos que nos tornarão superiores à comunidade heterossexual, lutamos para que estes direitos contemplem a diversidade que se movimenta e se transforma no cotidiano. Lutamos para que o Artigo 5º da nossa estimada e contraditória Carta Magna o qual diz que “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]” (BRASIL, 1988) seja materializado de fato para todas e todos.

Diante o cenário de preconceitos, intolerâncias, fundamentalismos, falência da laicidade do Estado, violências de diversas naturezas, é importante destacar avanços e também as necessidades e as possibilidades de resistências. Conquistamos direitos e almejamos ainda mais. É a contribuição da Comunidade LGBTQI+ na luta pela emancipação humana.

Desta forma, este artigo apresenta elementos para a compreensão da multiplicidade de identidades de gênero e orientações sexuais presentes na vivência, sociabilidade e no debate acerca das mesmas, finalizando com a provocação acerca da reflexão sobre o

combate às opressões e sua inquestionável importância no sombrio tempo em que vivemos.

Entende-se que as informações expressas neste texto possam contribuir para a aproximação, conhecimento e afirmação ética e política do Serviço Social, profissão esta que vem recebendo cada vez mais profissionais LGBTIQ+ e no trabalho social com esta comunidade.

A pesquisa é de natureza bibliográfica, descritiva e analítica, segundo a perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreendendo a comunidade LGBTIQ+ como sujeitos históricos inseridos no antagonismo de classes sociais, que vivem tão intensamente as perversidades da ordem societária capitalista.

1 COMPREENDENDO AS MÚLTIPLAS IDENTIDADES DE GÊNERO E ORIENTAÇÕES SEXUAIS

Discutir questões de gênero na atualidade é pensar nas diversas determinações históricas, políticas, culturais, sociais e econômicas que representam grupos que possuem características que os unem e os identificam em relação ao sexo, identidade de gênero e orientação sexual.

Para Finco (2003)

Gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, que fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana (FINCO, 2003, p. 91).

Primeiramente pertencemos ao gênero humano e depois nos identificamos e nos reconhecemos no gênero - como a forma de ser em sociedade (modo de ser e de proceder) a partir das construções histórico-culturais. Por isso, na contemporaneidade já não corresponde à realidade falar em homem e mulher, devemos considerar e validar a diversidade de identidades que formatam a comunidade LGBTQI+.

Quando Beauvoir (1967, p. 9) afirma que “[...] ninguém nasce mulher, torna-se” [...], ela tece provocações acerca dos rebatimentos de toda uma estrutura social em face da sexualidade humana. Segundo a pensadora, o gênero feminino é uma construção social, pois implica em determinações de outras pessoas sobre a vida de mulheres. Pensando a diversidade sexual e de gênero, percorremos o mesmo caminho. Nossa sexualidade é construída no plano da história, da sociedade, da economia e da cultura. O sexo biológico por si, não é o suficiente para elaborar as compreensões necessárias sobre a vida humana. Somos muito mais que as determinações biológicas que se configuram durante a nossa gestação e nascimento.

Beauvoir (1967) também destaca que a aproximação da criança com o mundo, seja menina ou menino, se dá a partir do contato visual e tátil, e não com os órgãos genitais – pênis ou vagina. Reduzir o ser humano ao seu órgão genital é desconsiderar toda uma formação complexa que se desenha no tempo, espaço e na conjuntura.

A questão de gênero nos remete a questão ética que vivenciamos na contemporaneidade. Para Santos (2005) “[...] trata-se de identificar como os valores objetivos e subjetivamente construídos são introjetados, vivenciados e reproduzidos na vida cotidiana” (SANTOS, 2005, p. 12). Não corresponde à realidade concreta reduzir a compreensão de gênero e sexualidade à concepção de homem e mulher pelo viés biológico, natural e fisiológico. Estes não possuem capacidade para definir quem devemos ser e como devemos nos portar.

Ao mesmo tempo, é importante destacar que as relações de gênero, ou, segundo a perspectiva crítica, as relações sociais de sexo (CISNE; SANTOS, 2018), estão inseridas nas relações de poder que, simbolicamente, hierarquizam as sexualidades, colocando no patamar mais alto, o homem branco heterossexual. Todas as expressões e performances dos gêneros (BUTLER, 2003) no cotidiano ainda se imbricam na cultura do machismo e do patriarcado (SAFIOTTI, 2015).

Estas questões são frutos da contemporaneidade que é caracterizada por um modelo econômico capitalista e neoliberal que individualiza o ser humano, exalta o ter, anula as qualidades e capacidade reflexivas deste ser e o leva a alienação permanente e defende o patriarcado e o heterossexismo. Além disto, a era da informação que vivenciamos em que os avanços tecnológicos trouxeram benefícios à vida humana, também contribuiu para a individualização e para disseminação da ideologia dominante e domínio econômico.

O capitalismo global apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a de amarras metafísicas e orientando-a única e exclusivamente para a criação de valor econômico [...] e o contato entre as pessoas passa a ser mediado pela eletrônica. O mundo social se desmaterializa-se, transforma-se em signo e simulacro (DUPAS, 2001, p. 11-13).

Porém, começamos a entender que tal domínio precisa ser contestado e aceitar os modelos estabelecidos não nos identifica, o que leva a compreensão de que família e gênero são construções sociais, em que as pessoas buscam sua felicidade pelo o que se é e não por aquilo que disseram que deve ser.

De acordo com Santos (2005):

As relações de gênero são construídas historicamente, sendo fundamental analisar como estão estruturadas as relações sociais, considerando o processo dinâmico dos indivíduos se relacionarem entre si. É no movimento entre as determinações socioestruturais, as conquistas culturais e as iniciativas dos indivíduos em sua singularidade que se definem formas de ser e agir quanto às relações de gênero (SANTOS, 2005, p. 12).

Ou seja, falar em gênero é pensar na construção social da identidade de gênero e da orientação sexual. É a partir da relação com o outro que se constitui a forma como nos reconhecemos em sociedade, e isto nega os pré-conceitos que bipolarizam (ser homem e ser mulher) a convivência entre os seres humanos. De acordo com Souza (2004):

Pensar o gênero como conhecimento construído na interação significa romper com a ideia de naturalização desse conceito, isto é, os modelos elaborados e utilizados pelas crianças, adolescentes e adultos não são naturais, nem inerentes à constituição biológica do homem e da mulher. São modelos sujeitos a mudanças, por serem construídos dentro de um contexto social (SOUZA, 2004, p. 70).

Sintetizando: identidade de gênero é como nos reconhecemos, como a pessoa se vê, é uma identificação que vai além dos aspectos físicos e biológicos aos quais foram configurados durante a gestação. Orientação sexual é por quem sentimos atrações – afetivo-amorosas e/ou sexuais. Neste texto trago no plural “orientações sexuais” visando romper com o binarismo masculino – feminino no momento de debater as atrações afetivas e sexuais das pessoas.

Compreender a questão de gênero, sua compreensão teórico-crítica e a introdução desta no debate sobre identidades de gênero e orientações se fazem importantes à formação e ao trabalho profissional do Serviço Social, que se aproxima da comunidade LGBTQI+ no exercício da profissão e na inserção destas pessoas na categoria profissional.

Neste momento, apresentaremos aqui, em caráter didático algumas concepções de identidades de gênero atualmente em discussão. É importante lembrarmos que a identidade de gênero é muito mais complexa que as definições que a ciência e os movimentos sociais vêm construindo. Em outras palavras, “[...] só quem sente, pode definir” (DICIONÁRIO DE GÊNEROS, [200?], não paginado).

Cisgênero: uma pessoa cis é aquela que politicamente mantém um *status* de privilégio em detrimento das pessoas trans*, dentro da cisnorma. Ou seja, ela é politicamente vista como “[...] alinhada” dentro de seu corpo e de seu gênero” (KASS, 2012, não paginada). “Cis é prefixo latino, abreviação para cisgênero, significa 'do mesmo lado'. A pessoa cis é aquela que reivindica ter o mesmo gênero que o que lhe registraram quando ela nasceu” (ANDRADE, 2015, não paginado).

Sua orientação sexual pode se dar de várias formas, como o homem heterossexual ou gay, mulher heterossexual ou lésbica e ainda os bissexuais, pois a identidade não interfere na construção dos sentimentos, dos prazeres, dos afetos, dos fetiches, dentre outros aspectos.

Travestilidades: de origem francesa, identificava as formas de vestimenta em casas de espetáculos. Atualmente representa uma identidade de gênero e ao mesmo tempo uma expressão política de luta e resistência à transfobia. As travestis são pessoas que nascem com o sexo genital masculino (por isso a grande maioria se entende como homem) e que procuram inserir em seus corpos símbolos do que é socialmente sancionado como feminino, sem, contudo, desejarem extirpar sua genitália, com a qual, geralmente, convivem sem grandes conflitos (PELÚCIO, 2006).

Transexualidades, originada em 1910 para designar pessoas que tinham preferências por indumentárias do sexo oposto para prazeres fetichistas e sexuais. Para as ciências médicas, a transexualidade é um desvio, uma anormalidade. Possui viés patologizante, trazendo sérias questões para o debate acerca da construção social das identidades. A transexualidade é uma experiência que está localizada no gênero e que as cirurgias de transgenitalização e as outras mudanças que acompanham o processo transexualizador, nada revelam sobre a orientação sexual do sujeito: “A reivindicação dos/as transexuais é, sobretudo, o reconhecimento como membro do gênero com o qual se identifica, o qual estaria em discordância com suas genitálias” (CASSEMIRO, 2010, p. 58-59).

Transgeneridade: A raiz da palavra “transgênero” vem da palavra latina “trans,” que significa “através.” “Transgênero” literalmente significa “através do gênero.” “Transgênero” é definido hoje como um guarda-chuva com muitas identidades diferentes existindo sob o mesmo (SILVEIRA, 2013, não paginado).

Pansexualidade/pangeneridade pode ser se identificar como pangênero pode e deve estar ligado com um lugar trans, múltiplo e acima de tudo livre. A própria definição de pangênero é colocada a partir de experiências muito particulares; algumas pessoas não querem se definir ou entendem que não precisam de um enquadramento, encontrando no pangênero esse lugar (DICIONÁRIO DE GÊNERO, 2017, não paginado). Ser pangênero está tão associada à construção de identidade de gênero, quanto para a orientação sexual. Pan vem do prefixo grego e significa tudo ou todos.

Intersexuais é o termo comumente usado para designar uma variedade de condições em que uma pessoa nasce com uma anatomia reprodutiva ou sexual que não se encaixa na definição típica de sexo feminino ou masculino. Por exemplo, uma pessoa pode nascer com uma aparência exterior feminina, mas com anatomia interior majoritariamente masculina. Ou nascer com genitais que se situam algures entre o feminino. Ou ainda, uma pessoa pode nascer com uma variedade genética em que algumas das suas células têm cromossomos XX e outros cromossomos XY. Apesar de falarmos de intersexo como uma condição inata, a anatomia intersexo nem sempre se revela no nascimento. Por vezes a intersexualidade só se manifesta na puberdade, quando a pessoa se depara com a infertilidade ou quando morre e é autopsiada. Algumas pessoas vivem e morrem com anatomia intersexo sem que ninguém (incluindo elas próprias) se aperceba (INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA, [2008?], não paginado; CUNHA, 2015, não paginado).

Queer era um termo historicamente instituído para designar os desviantes ou transviados. Não há tradução para o nosso idioma. É importante notar que a Teoria Queer não propõe um modelo “queer” de mundo. O queer é justamente o estranho. É aquele que se narra ou é narrado fora das normas. A Teoria Queer propõe o questionamento às epistemes (pressupostos de saber), ao que entendemos como verdade, às noções de uma essência do masculino, de uma essência do feminino, de uma essência do desejo. Para a Teoria Queer é preciso olhar para esses conceitos e tentar perceber que não se tratam de forma alguma de uma essência, ou mesmo, que não há uma ontologia do todo, mas, no máximo, uma relação de mediação cultural dos marcadores biológicos. A teoria queer é uma teoria de empoderamento dos corpos subalternos, e não o empoderamento assimilacionista. O empoderamento que nos faz fortes em nossas margens e ocupar os espaços com nossos corpos transviados. Queer não é um termo inteligível no Brasil. As pessoas não se descrevem como queer por aqui. Mas no Brasil, os mesmos processos de normatização e subalternização dos corpos estão presentes. Aqui não há o queer, mas há “o traveco”. Não há o queer, mas há “o viadinho”. Não falam queer, mas falam “a sapatona”. A Teoria Queer pode nos ajudar a construir uma teoria transviada brasileira, que empodere nossos corpos subalternos (VIEIRA, 2016, não paginado).

Destaca-se ainda a existência de expressões de gênero que se diferem da identidade, pois a expressão de gênero é momentânea e possui uma objetivação trabalhista, artística ou fetichista, como os **crossdressers** – o prazer sexual ou fetiche de homens em utilizar vestimentas e/ou acessórios ligados ao feminino; as **drag queens** (expressão feminina) e

drag kings (expressão masculina) - são artistas que se 'travestem' de uma forma dita, cômica ou exagerada com o intuito geralmente profissional e artístico.

Caminhando para a compreensão acerca das orientações sexuais (sim, no plural) é importante destacarmos que esta é tão complexa quanto o debate sobre as identidades de gênero.

Orientação sexual, conforme já destacado está ligada ao que sentimos afetivamente, amorosamente e sexualmente e para qual (ou quais) pessoa(s) direcionamos nossas atrações. Até poucos anos entendia-se como orientações sexuais somente as atrações pelo sexo oposto (heterossexualidade), pelo mesmo sexo (homossexualidade) ou mesmo pelos dois sexos (bissexualidade). Esta era uma concepção bastante limitada e conservadora no que diz respeito à trazer visibilidade para a diversidade sexual e de gênero (BLOG UM POTE DE OURO, 2015, não paginado).

No tempo presente é possível desbravar esta compreensão com maior complexidade, garantindo a expressão de toda a diversidade que compõe as relações sociais, afetivas e sexuais das pessoas. Ressalta-se que as orientações sexuais independem da construção e da expressão das identidades de gênero, confirmando a complexidade na sua compreensão.

Além das orientações sexuais construídas por homossexuais, bissexuais e heterossexuais cisgêneros, existem ainda aquelas pessoas que representam outras variadas e legítimas identidades de gênero, como por exemplo, homens cis heterossexuais que buscam (alegando curiosidade e desejos sem romper com sua orientação sexual oficial) relacionar-se intimamente com gays (heteronormativos ou afeminados), com travestis e/ou transexuais. Quando fala-se em orientação sexual oficial, é sobre aquelas pessoas que reconhecem suas atrações afetivas e/ou sexuais pelo gênero oposto ou ainda pelo mesmo gênero, porém alegam apresentar curiosidades para novas experiências.

Além deste exemplo, podemos ainda destacar a assexualidade, que compreende pessoas que não sentem atrações por outras pessoas, ou que sentem baixa ou restritas atrações afetivas e sexuais por outras pessoas. É diferente do celibato que é a não prática por motivos religiosos. As ciências médicas consideram disfunção hormonal que causa a baixa ou ausência de libido. Todavia, os assexuais vêm se organizando politicamente pelo direito de sentirem ou não sentirem.

A organização política mais conhecida é a AVEN (*Asexual Visibility and Education Network*) fundada em 2001 e encontra-se localizada nos Estados Unidos (EUA) com mais de 30 mil integrantes (CORPORALIDADES, 2011, não paginado).

Destacamos ainda a pansexualidade, já mencionada, que corresponde às pessoas que sentem atrações afetivas e/ou sexuais por todos os gêneros ou por determinadas pessoas, independente do gênero. Diferentemente dos conceitos anteriores, a pansexualidade não corresponde à atrações sexuais por objetos ou animais, não é o mesmo que bissexualidade, não corresponde à promiscuidade (concepção bem conservadora). Ela apresenta um movimento plural de sensações, sentimentos, prazeres, afetos, fetiches e sexualidades que

vão além das convenções estabelecidas historicamente. É a atração pela pessoa na sua dimensão humana e não restritamente na sua dimensão de gênero e sexualidade.

Longe de este trabalho esgotar qualquer debate acerca da concepção da construção das identidades de gênero e das orientações sexuais. Destacamos aqui as categorias mais debatidas, porém, existem dezenas de outras formas de identidades e expressões já reconhecidas. Paiva (2016), a partir do portal de notícias Terra divulga uma matéria em que a Comissão de Direitos Humanos de Nova York reconhece e publiciza 31 nomenclaturas de gênero, permitindo às pessoas se identificarem, se expressarem e terem estes direitos respeitados nos espaços de trabalho e públicos.

Segundo Caparica (2014), a rede social facebook também rompeu com a identidade de gênero binária – homem/mulher e deu abertura a cada membro da rede social inserir a sua identidade como realmente é. Desta forma, atualmente, o facebook reconhece mais de 56 identidades, além de permitir a seleção do pronome mais adequado para cada pessoa de acordo com a sua identidade.

Observa-se avanços na luta pela ruptura do binarismo de gênero para a visibilidade de um pluralismo de gênero. Tanto as diversas identidades hoje existentes e que estão em constante construção e transformação já é legítima, felizmente está em curso. A agenda se fortalece na direção ao combate às opressões para a pluralidade de identidades de gênero e orientações sexuais consolide de fato o que lhe é de direito, pensando sempre nas relações humanas harmônicas, tolerantes e respeitadas, considerando a dimensão humana das pessoas repletas de particularidades e singularidades que enriquecem as todas as relações de convivência, dentre outras.

2 PROTEÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE LGBTIQ+: O DEBATE ACERCA DO COMBATE ÀS OPRESSÕES

Começamos este último debate reafirmando a importância e o compromisso em pensar e problematizar as questões inerentes à multiplicidade de identidades de gênero e orientações sexuais dentro de uma perspectiva crítica voltada para a compreensão de classes sociais. Não existe discussão sobre a comunidade LGBTIQ+ sem passar pelo recorte de classe, pois as formas de violência que assolam a comunidade têm um tom de selvageria pintado pelo capitalismo monopolista do tempo presente.

O sistema capitalista ao qual estamos mergulhados e nos afogando a cada dia com os retrocessos em curso, é formatado a partir de várias expressões de opressão: o capital é racista, é machista, misógino, oprime gerações pela improdutividade no mundo do trabalho. O capital é homofóbico, transfóbico e lesbofóbico.

A história nos apresenta, e não há como negar sua construção, que o capitalismo, para percorrer seu caminho na acumulação de riqueza e desenvolvimento de um poder que cada vez mais se concentra nas mãos de uma minoria altamente rica, fincou suas raízes na construção de relações sociais patriarcais heterossexuais, sendo a família, a instituição de grande importância para a manutenção das relações de dominação entre classes, da propriedade privada dos meios de produção e dominação do homem sobre a mulher. Nesta perspectiva, segundo Marx em a Ideologia Alemã, o Estado vem a ser o comitê gestor desta

burguesia que ganha espaço e vem se legitimando sob a base da exploração, da opressão e da violência.

Gays afeminados, lésbicas masculinizadas, travestis e transexuais fora do mundo do trabalho são reflexos dos preconceitos que o mercado de trabalho ainda heterossexista e conservador carrega historicamente. Jovens e pessoas maiores de 40 anos fora do mercado também ilustram a opressão de geração que corrói o capitalismo do tempo presente.

A disparidade salarial entre homens e mulheres e ainda mais acentuada entre homens e mulheres negros reforça o machismo, a misoginia e o racismo consolidado neste sistema desumano que nos acorrenta e tenta nos amordaçar nestes tempos de crise, onde os direitos regridem e o conservadorismo avança.

Os direitos conquistados são frutos das lutas sociais da Comunidade LGBTQI+. Não foram presentes dados pelo Estado a nós. Dandaras, Itaberlis, Fabianas, Danielas e quantas (os) morreram pelo suicídio, homicídio, enfim, pelo preconceito, pela intolerância e ignorância. Sangues correram por ruas e sarjetas, lágrimas desceram dos olhos para que hoje, possamos respirar razoavelmente por termos algumas garantias de proteção social antes nunca discutidas.

A realidade da violência ainda nos assombra. A segurança pública ainda não protege o nosso direito à vida, tampouco nosso direito de ir e vir e de sermos respeitados por quem somos. Morremos todos os dias em nome da família tradicional, morremos em nome de Deus (um ser intolerante, que contradiz vários princípios como o amor ao próximo, por exemplo); morremos em nome da moral, dos bons costumes, em nome da heterossexualidade e do patriarcado. O mal é banalizado e o discurso de ódio se acentua como se fosse natural.

A violência é um problema histórico, político, econômico, social e cultural que afeta diretamente as minorias sociais. Ela viola os direitos fundamentais como o direito a vida, a igualdade e a liberdade (questionável no capitalismo). De acordo com o Art. 5º, da Constituição Federal de 1988, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Portanto ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei (BRASIL, 1988).

O descumprimento da lei vem com práticas homo, lesbo e transfóbicas, que destroem a imagem de LGBTIQ+s através de ofensas verbais, violência física, psicológica, rejeição e até mesmo homicídios. Existem hoje, segundo dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos (órgão estatal da Presidência da República) várias instituições governamentais e não governamentais que realizam trabalhos voltados à garantia de direitos e construção da cidadania LGBTIQ+. Falta visibilidade e difusão sobre a localização, contatos e atendimentos oferecidos por estas instituições públicas e privadas.

Porém, uma discussão bastante preocupante, é a questão da omissão. Muitos LGBTIQ+s preferem não denunciar os casos de violência, pelo medo da situação piorar. Uma das violações de direitos é a não garantia de manter em sigilo as denúncias, como uma maneira de garantir a segurança e a integridade da pessoa, pois sabemos bem, que toda denúncia,

seja ela qual for não garante o sigilo de quem a realiza. A omissão, então contribui para a impunidade de intolerantes e para a continuidade e expansão da homo-lesbo-transfobia no país.

É desafiador para a comunidade LGBTIQ+ e para as políticas sociais de proteção social combater a omissão e proteger de fato qualquer vítima de violência. Além da coragem, estratégias de fortalecimento coletivo são necessárias para que as omissões em denúncias possam deixar de existir.

O Brasil ainda é um país em que a violência contra LGBTIQ+s não é legalizada, mas também não é criminalizada. A violência é legitimada, reforçada e praticada com selvageria sob os valores morais cristãos que ainda fundamentam com muita hipocrisia, as relações sociais de pessoas de bem. Um bem que serve ao mal.

É importante ainda que se fortaleça nas agendas de luta, estratégias para que a segurança pública dê a devida visibilidade nas denúncias de violências cometidas contra LGBTIQ+s pelas suas identidades de gênero e/ou orientações sexuais. Para a segurança pública, dificilmente os crimes cometidos foram pelo fato das pessoas serem o que são. Sempre é outro motivo. Contudo é um equívoco preconceituoso desta política que presta um desserviço não divulgando na realidade as violências e crimes contra a comunidade LGBTIQ+.

O conservadorismo e a intolerância sempre existiram, mas atualmente, os seus defensores e seguidores se sentiram no dever de agir contra o avanço de uma diversidade que sempre existiu com um detalhe principal, a causadora da ira das pessoas “de bem”: a visibilidade e sua expressão e atenção, ainda contraditória, na esfera do Estado e da mídia. Diferente de décadas anteriores, a diversidade não está mais limitada entre quatro paredes ou nos guetos. Estamos nas ruas, nas instituições, nas organizações, nas universidades, nas igrejas (sim, até nelas), nas famílias, enfim, a diversidade está ocupando o espaço que é seu por direito.

Negá-la é fechar os olhos para as pluralidades que configuram as vidas e as relações humanas no mundo todo. Impossível sermos homogêneos, impossível sermos aquilo que as regras morais tentam impor há séculos no cotidiano. Os decadentes valores morais devem sair de cena, para que o respeito e o amor entre as pessoas prevaleçam, para que possamos resistir e avançar na luta contra as opressões, por uma sociedade realmente livre.

Para que isso aconteça, as lutas do movimento LGBTIQ+ precisam se fortalecer e seguir com as suas bandeiras e agendas de resistência. Este fortalecimento deve partir do combate às opressões que ainda perpassam no interior da comunidade LGBTIQ+. Opressões que se materializam quando a heteronormatividade vira regra e gays afeminados são taxados de escandalosos ou desnecessários, quando a lésbica masculinizada rompe com a imposição de uma imagem estética delicada, doce e sensível historicamente imposta à identidade das mulheres e são rechaçadas por isso; quando gays discriminam travestis e transexuais e vice-versa, quando mulheres cis lésbicas não reconhecem a travestilidade e a transexualidade como identidades que possuem o feminino em suas construções (SILVA, 2019); quando gays cometem os mesmos preconceitos com os homens transexuais; quando o machismo e o conservadorismo perpassam nas relações sociais entre LGBTIQ+s.

São lutas simultâneas, o combate às opressões da sociedade heterossexista e o combate no interior da Comunidade LGBTQI+. Não dá para travar e vencer uma luta para iniciar a outra. A nossa comunidade demanda união, amor e respeito para termos a coerência ao exigir o mesmo da sociedade de forma geral. O combate às opressões entre LGBTQI+s precisa entrar em pauta e ganhar o devido destaque. Aceitando ou não, ela existe e precisa ser problematizada.

A comunidade LGBTQI+ deve seguir seu curso ocupando espaços em organizações políticas, em coletivos formados nos territórios e nos âmbitos acadêmicos. Não é só ocupar espaços de luta e militância especificamente LGBTQI+s, mas ocupar também demais espaços políticos que versam sobre o trabalho, segurança, sobre os direitos de forma geral, que pensam a atual conjuntura, pois os retrocessos do atual desgoverno atingem severamente todos nós da classe trabalhadora, sendo que as distinções de raça/etnia, gênero, sexualidade, geração e origem intensificam ainda mais a barbárie acometida sobre nós.

As reivindicações frente ao Estado devem prosseguir para garantirmos mais direitos e a qualificação dos já garantidos. Os enfrentamentos e embates sobre o conservadorismo devem avançar com mais força, a luta a favor da desconstrução de estereótipos historicamente construídos devem prosseguir. Garantir na agenda da política de saúde a consolidação da despatologização da transexualidade, da travestilidade e da assexualidade, acolhendo-as em novas concepções humanizadas e dignas.

As estratégias de levar o debate de gênero e sexualidade para a população e acentuá-la se faz importante, exigindo de nós conhecimento, sabedoria e criatividade. Já que a educação escolar bancária tradicional não cumpre sua função social na formação de cidadania, que possamos então, levar o debate para espaços distintos, como o das políticas sociais, de organizações comunitárias, de coletivos, da educação popular, dentre outros.

Dentre todas as lutas que travamos cotidianamente, a mais desafiadora é levar o conhecimento e as discussões para os espaços que ocupamos. Conhecimento que deve ser cuidadosamente adquirido, apurado e aprofundado por cada um de nós da comunidade LGBTQI+, para contribuirmos com a difusão da informação e do conhecimento que possa ir além da nossa comunidade.

Não podemos excluir a diversidade sexual e suas múltiplas nuances das expressões da questão social, pois é possível analisar as diversas implicações socioculturais, econômicas, agressivas, intolerantes, estigmatizadoras, além do fenômeno do alto consumo e busca por um status social através do uso incessante do capital e também da referência e elo entre movimento LGBTQI+ e mercado consumidor como construtores de uma identidade coletiva, com sujeitos de diferentes concepções, culturas, percepções, gostos, etc. Este compreende em outro desafio: não permitir que o capital pela via do mercado coopte os movimentos sociais e transforme nossa agenda de luta em mercadorias, em objetos de lucro.

Sabemos que o caminho é longo, pois existem enfrentamentos expressivos como a intolerância religiosa que invade a política brasileira, ferindo a laicidade do Estado Nacional e interferindo em questões de ordem como o fim dos preconceitos. Outra questão de

ordem é a atenção que devemos possuir sobre o debate relacionado à “heterofobia”, ao racismo reverso e à “padrãofobia”. Homens e mulheres heterossexuais, brancos (as) e pessoas inseridas nos padrões de beleza hegemonicamente postos pelo capital não sofrem preconceitos por estas questões. É a tentativa de desqualificar, desmobilizar e levar de volta para as profundezas da invisibilidade tudo o que já consolidamos nas lutas cotidianas. É macular o respeito por aqueles que foram e são torturados e mortos até hoje, para que possamos viver com maior dignidade, nos permitindo debater este assunto em diversos espaços públicos e privados.

Heterofobia, racismo reverso e padrãofobia são estratégias de avanço conservador, fascista e intolerante. Para alguns, uma piada de mau gosto, para outros, uma questão que não pode ser ridicularizada. Precisamos ouvir e confrontar as ideias que vem para derrubar as lutas travadas, os direitos conquistados e em andamento.

A militância se mostra cada vez mais fortalecida no cerne do pressionamento frente o Estado. Essa pressão, reivindicação, estímulo à participação popular, realização de eventos como Encontros, Simpósios, Congressos, Grupos de Discussões, Estudos e Pesquisas, Cafés Filosóficos e as Conferências conduzem a sociedade civil a exigir do Estado que ele observe com mais sensibilidade política a causa LGBTQI+, pois estamos cada vez mais visíveis na sociedade, formando e consolidando laços de sociabilidade, de afetividade e conquistando direitos e espaços importantes no cenário social, familiar, profissional e acadêmico. A jornada é longa, é árdua e parece ser impossível avançar. Podemos sofrer derrotas no cotidiano, mas jamais devemos desistir de tudo que acreditamos e que desejamos para este país, para as nossas relações, para a proteção de todos.

Terminamos esta última parte com o grito de luta do Levante Popular da Juventude (2016): ***Ousar Lutar, organizando a juventude pro Projeto Popular! Eu tô na rua é pra lutar, por um projeto feminista, antirracista, colorido e popular!***

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste debate permitiu concluir que gênero é um conceito construído coletivamente. Através de um contexto determinado se constrói no imaginário das pessoas, o que é ser homem, ser mulher e essa construção social é perpassada por uma ideologia. Há um poder ideológico para manutenção da hierarquia heteronormativa masculina.

Desbravamos caminhos importantes para a luta pela tolerância e respeito entre e por LGBTQI+s. A revisão de literatura somada às reflexões críticas das dinâmicas cotidianas permitiu apresentar compreensões e análises que são fundamentais para pensarmos a proteção social à comunidade LGBTQI+s, a desconstrução da heteronorma na sociabilidade humana e a ruptura das hierarquias sexuais e de gênero historicamente construídas, com destaque após a ascensão do capitalismo por todo o planeta.

Assim, lutamos por liberdade e igualdade de gênero. Ressaltando mais uma vez que esta liberdade se refere a uma sociedade emancipada, plenamente livre de todas as correntes do capital.

A liberdade de viver intensamente, rompendo com paradigmas preconceituosos, desestigmatizando olhares e compreensões equivocadas sobre LGBTIQ+s, promovendo a militância indireta no cotidiano como o caminhar de mãos dadas pelas ruas, expressão de afeto pelo beijo, uso de roupas que tragam prazer, sensação de ser livre, representando na estética aquilo que realmente somos. Romper com as sociabilidades conservadoras, combatendo as opressões sociais para trabalhar as repressões emocionais. Assim, pensar o combate às opressões também é lutar pelo direito à qualidade da nossa saúde mental.

Outras formas de promoção da militância consistem no enfrentamento de barreiras no cotidiano das pessoas, pois “[...] pequenas atitudes, como beijar em público e se assumir, podem ser encaradas como militância cotidiana [...]” (DUPRAT, 2009, p. 34); ativismo através das expressões artísticas, como pinturas homoeróticas ou também chamadas de *HomoGraphix* criado pelo artista Bernardo de Gregório (DUPRAT, 2009), além da militância virtual por meio das redes sociais, blogs e outros, e o tradicional através das ações coletivas, de atuações em ONG’s ou em organismos estatais, dentre outros.

Assim “[...] quando falamos em liberação sexual, estamos falando de liberar um espaço interior que luta entre a necessidade de eclodir e de ser reprimido” (TREVISAN, 2002, p. 166). Portanto, a sexualidade humana compreende um dispositivo macroestrutural, pois engloba fatores internos como psicológicos, comportamentais, cognitivos e exteriores ou sociais, como culturais, econômicos, políticos, educacionais que vão da transmissão de papéis da família até as relações interpessoais na comunidade.

Pensar a liberdade que nos é garantida atualmente é afirmar que ela, pautada em princípios liberais e conservadores no âmbito de uma sociabilidade burguesa não condiz com os valores humanitários que acreditamos e lutamos para concretizar. Tampouco se aproxima à direção social crítica do Serviço Social, profissão a qual este trabalho se direciona.

Para o tempo presente, nos cabe lutar pela emancipação social e política da comunidade LGBTIQ+, com a garantia efetiva dos direitos fundamentais, sociais, civis e políticos em uma sociedade que passe a construir relações sociais não hierarquizadas, mas horizontais, fundadas nos pilares do respeito, do amor, da tolerância e do respeito.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, D. **Cis, Trans, Travesti**: o que significa? Não me Kahlo, 2015. Disponível em: <https://www.naomekahlo.com/cis-trans-travesti-o-que-significa/>. Acesso em: 19 set. 2019.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. vol. 2. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: versão atualizada até a emenda n. 90/2015. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 set. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAPARICA, M. Entenda as 56 opções de gênero do facebook. Lado Bi – cultura e cidadania LGBT na real e com local. **Portal UOL**, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://ladobi.uol.com.br/2014/02/56-opcoes-genero-facebook/>>. Acesso em: 3 ago. 2017.

CASSEMIRO, L. C. **Tenho o direito de ser “Amapô”**: as trajetórias de travetis e transexuais face à implementação das políticas públicas de assistência social e saúde. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018. (Biblioteca básica do Serviço Social, v. 8).

CORPORALIDADES. Grupo de Estudos sobre Corporalidade e Promoção da Saúde. **Movimento Assexual**. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2011. Disponível em: <http://gecopros.blogspot.com.br/2011/04/movimento-assexual.html>. Acesso em: 03 ago. 2017.

CUNHA, S. (tradutora). LGBTI: o que é intersexo? **Esquerda net.**, Lisboa, 2015. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/lgbti-o-que-e-intersexo/37566>. Acesso em: 03 ago. 2017.

DICIONÁRIO de Gênero. **Concepção de pangênero**. 2017. Disponível em: <http://dicionariodegeneros.com.br/>. Acesso em: 03 ago. 2017.
DUPAS. G. **Ética e Poder na sociedade da informação**. UNESP, 2001.

DUPRAT, R. Eles fazem a diferença! **Revista A Capa**, São Paulo: Infonet Business, Associação Brasileira de Turismo para Gays, Lésbicas e Simpatizantes, n. 23, p. 34 – 35, jun.2009.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3 (42), set./dez. 2003.

INTERSEX SOCIETY OF NORTH AMERICA. **What is intersex?** Disponível em: http://www.isna.org/faq/what_is_intersex. Acesso em: 3 ago. 2017.

KASS, H. **O que são pessoas cis e cissexismo?** Ensaios de gênero, 2012. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/17/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/>. Acesso em: 3 ago. 2017.

LEVANTE Popular da Juventude. Compromisso com o combate às opressões. **Blog Levante Popular da Juventude**, 2016. Disponível em: <http://levante.org.br/blog/?p=1067>. Acesso em: 3 ago. 2017.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORIENTAÇÃO Sexual e identidade de gênero: para além do binarismo. **Blog Um pote de ouro: o que se encontra no fim do arco-íris?**, 2015. Disponível em:

<http://umpotedeouro.blogspot.com.br/2015/01/orientacao-sexual-e-identidade-de.html>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PAIVA, V. Nova York agora reconhece 31 diferentes tipos de gênero. **Terra hypeness**, 2016. Disponível em: <http://www.hypeness.com.br/2016/06/nova-york-agora-reconhece-31-diferentes-tipos-de-genero/>. Acesso em: 3 ago. 2017.

PELUCIO, L. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Estudos Feministas**, vol.14, n.2, pp.522-534, mai-ago, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v14n2/a12v14n2.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

SAFIOTTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular e Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, S. M. de M. **O pensamento da esquerda e a política de identidade: as particularidades da luta pela liberdade de Orientação Sexual**. 333 p. Tese (Doutorado em Serviço Social)-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SILVEIRA, L. O que você precisa saber sobre transgeneridade, transexualidade, travestilidade e queer. Tradução de Sérgio Viula. **Fora do Armário**, 2013. Disponível em: <http://www.foradoarmario.net/2013/05/o-que-voce-precisa-saber-sobre.html>. Acesso em: 3 ago. 2017.

SILVA, A. P. da. **As lutas LGBTQI+ e o recorte à população T: transexualidades, opressão e o movimento transfeminista**. Apresentação elaborada para o dia internacional da mulher. Franca, 2019. (slides).

SOUZA, L. L. de. A construção de modelos e sua problematização no contexto escolar. In: ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga Ceciliato (Org.). **Genero e violência**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

TREVISAN, J. S. A voz do desejo: entre a autonomia e cooptação. In: GOLIN, C.; WEILER, L. G. (org.). **Homossexualidades, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 164 – 205.

VIEIRA, H. **O que é a teoria queer de Judith Butler?** Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. São Paulo, 7 jun. 2016. Disponível em: <http://paradasp.org.br/o-que-e-a-teoria-queer-de-judith-butler/>. Acesso em: 19 set. 2019.

Anabella Pavão da Silva Autora principal

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP/Franca. Mestre (2015) em Serviço Social pela UNESP/Franca. Assistente Social graduada pela Universidade de Ribeirão Preto (2009). Professora Bolsista dos cursos de Serviço Social e Relações Internacionais da UNESP/Franca. Bolsista CAPES. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para a Infância e Adolescência (GEPPIA) e do Grupo PICO (Pesquisa Interdisciplinar de Combate às Opressões), da UFTM.

Neide Aparecida de Souza Lehfeld Professora orientadora e coautora

Livre docente. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora Titular da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, UNESP, campus de Franca.
